

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Uptick Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 8 de setembro de 1997, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

A Companhia possui 5,8192% do capital total da controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN (“COSERN”), sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A COSERN detém junto a ANEEL, a seguinte concessão:

<u>Distribuição</u>	<u>Municípios</u>	<u>Localidades</u>	<u>Data da concessão</u>	<u>Data de vencimento</u>
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/97	31/12/27

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e as normas do CPC)

As demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em empreendimento controlado em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A emissão das demonstrações contábeis individuais foi autorizada pela Administração da Companhia em 22 de março de 2013.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das Políticas Contábeis

As principais políticas e práticas contábeis da Companhia estão descritas abaixo e foram aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e nas demonstrações contábeis comparativas.

a. Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros:

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes ativos financeiros:

- i) Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia estes ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria são: (i) saldos bancários e aplicações financeiras (nota 4). O CPC 40 requer uma classificação em uma hierarquia de três níveis (I, II e III) para mensuração ao valor

justo dos instrumentos financeiros, sendo que esse ativo financeiro está classificado no Nível I.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não possui passivos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

b. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como títulos para negociação, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Estas aplicações financeiras estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos “pro-rata temporis” até a data do encerramento do exercício, não excedendo ao valor de mercado.

d. Impostos e contribuições a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

e. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são realizados para dar curso a discussões judiciais e não estão sendo atualizados monetariamente. São apresentados no ativo na expectativa de que ocorra desfecho favorável para a Companhia.

f. Outros ativos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores de custo e, quando aplicável, incluídos os rendimentos e reduzidos aos valores de realização.

g. Investimento

Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais o Grupo possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas operacionais.

A participação em controlada em conjunto está avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos desta participação são registrados como uma redução do valor do investimento.

h. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

i. Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 mil ano ou R\$ 20 mil mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

j. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências, provisões para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

k. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, de acordo com as normas do CPC aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para as normas do IFRS, representam informação contábil adicional.

I. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicadas pela Companhia

Os pronunciamentos contábeis do IASB, a seguir, foram publicados e/ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e pela CVM e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Tais pronunciamentos serão implantados à medida que suas aplicações tornarem-se obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar Demonstrações Financeiras consolidadas e substitui o SIC -12.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "joint ventures", eliminando o método de consolidação proporcional.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Medições de Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (R)-Modificações na IAS 27	Demonstrações Separadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 (R)-Modificações na IAS 28	Investimento em Coligada e em Controlada e Joint Venture.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 1-Modificações na IAS 1	Apresentação dos itens de Outros Resultados Abrangentes.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associado a remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 7 - Modificações a IFRS 7	Estabelece a divulgação - Compensação de Ativos e passivos financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 7 e IFRS 9 - Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2012	2011
Caixa e depósitos bancários à vista	4	4
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	4.452	4.470
	<u>4.456</u>	<u>4.474</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras consistem em aplicações em fundo de investimento de curto prazo, administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros D.T.V.M. S.A. e cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou à taxa Selic.

5. Tributos a Recuperar

	2012	2011
Não-Circulante		
Imposto de Renda - IR	3.456	3.603
Contribuição Social - CSLL	80	175
	<u>3.536</u>	<u>3.778</u>

O Imposto de Renda - IR e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL correspondente aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras e retenção na fonte referente a serviços prestados. A Companhia mantém no ativo não circulante créditos tributários no valor de R\$ 3.536, cuja realização dependerá da geração de lucros tributários futuros por parte da Companhia.

6. Reconciliação dos montantes de contribuição social e impostos de renda registrados nos resultados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012		2011	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	14.289	14.289	13.506	13.506
	(1.009)	(1.009)	(1.009)	(1.009)
Amortização do ágio				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	13.280	13.280	12.497	12.497
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Multas Indedutíveis		-	1	1
Receita de Juros sobre Capital Próprio	2.106	2.106	2.189	2.189
Amortização ágio sobre investimento	1.009	-	1.009	-
Subtotal adições	3.115	2.106	3.199	2.190
(-) Exclusões				
Equivalência Patrimonial	(14.305)	(14.305)	(13.514)	(13.514)
Despesa de Juros sobre Capital Próprio	(2.106)	(2.106)	(2.500)	(2.500)
Subtotal exclusões	(16.411)	(16.411)	(16.014)	(16.014)
Base de Cálculo:	(16)	(1.025)	(318)	(1.327)
Créditos fiscais (não constituídos) constituídos	16	1.025	318	1.327

Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT é opcional para o biênio 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

7. Depósitos Judiciais

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Cíveis	12	12

8. Investimento

a) Movimentação do Investimento na Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

Em 31 de dezembro, a participação da Companhia na Controlada em conjunto COSERN, está a seguir demonstrada:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo no início do exercício	44.793	41.893
Equivalência patrimonial	14.305	13.514
Equivalência patrimonial reflexa concessão Serviço Público	-	122
Juros sobre o capital próprio	(2.106)	(2.189)
Dividendos recebidos e propostos (ver item 8 c)	(8.547)	(8.547)
Saldo do final do exercício	48.445	44.793

b) Informações sobre a Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Capital social	179.787	179.787
Quantidade de ações da COSERN Subscritas e integralizadas	168.074.028	168.074.028
Quantidade de ações possuídas:		
Ordinárias	7.576.650	7.576.650
Preferenciais - Classes A	1.156.609	1.156.609
Preferenciais - Classes B	1.047.352	1.047.352
Subscritas e integralizadas	<u>9.780.611</u>	<u>9.780.611</u>
Participação no capital		
Capital votante	5,8396%	5,8396%
Capital social	5,8192%	5,8192%
Lucro líquido do período	<u>245.872</u>	<u>232.128</u>
Patrimônio líquido	<u>832.502</u>	<u>769.748</u>

A participação inicial na COSERN foi adquirida por meio de leilão público realizado em 12 de dezembro de 1997 e de leilão especial realizado em 20 de fevereiro de 1998. A Comissão de Valores Mobiliários - CVM deferiu, em 4 de janeiro de 1999, o registro como companhia aberta da COSERN, para negociação dos seus valores mobiliários em bolsa de valores. A Companhia é controladora em conjunto da COSERN, nos termos do Protocolo de Entendimentos firmado entre os acionistas daquela empresa em 11 de dezembro de 1997.

Em reunião de 11 de julho e 13 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração da Companhia aprovou sua participação na 1ª e 2ª Ofertas Públicas de Ações da COSERN, realizadas em 12 de maio e 22 de dezembro de 2000, ofertadas e adquiridas ao preço unitário de R\$ 3,90. Nessas ofertas públicas foram adquiridas 851.280 ações ordinárias e 936.299 ações preferenciais adicionais.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio ("JCP")

A composição analítica dos valores deliberados ou propostos pela Controlada em conjunto COSERN, está a seguir demonstrada:

2012	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação (R\$):	Valor Total (R\$ mil):
17/04/2012	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,177443794 ON 0,1951888173 PNA/B	1.774
17/04/2012	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,59332389943 ON 0,6525628937 PNA/B	5.933
28/12/2012	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,2105478219 ON 0,2316026041 PNA/B	2.106*
31/12/2012	Proposta da Administração	Dividendos	0,0839905475 ON 0,0923896023 PNA/B	840

A aprovação dos dividendos na AGO da COSERN supra citada foi realizada da seguinte forma:

- (i) R\$ 1.774, refere-se à distribuição da Reserva de Retenção de Lucros e;
- (ii) R\$ 5.933, refere-se à distribuição dos dividendos complementares propostos por ocasião do encerramento do exercício de 2011

*O montante de JCP aprovado na RCA de 28/12/2012 supra citada, corresponde ao valor líquido de R\$ 1.790, sendo o montante de R\$ 2.106 referente ao valor bruto. Os dividendos propostos e JCP líquido deliberado pela COSERN somam o valor líquido de R\$ 2.630.

2011	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação (R\$):	Valor Total (R\$ mil):
31/03/2011	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,0628131025 ON 0,069044127 PNA/B	628
25/04/2011	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,5080770685 ON 0,5588847754PNA/B	5.081
30/06/2011	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,0628189196 ON 0,0691008115 PNA/B	628
29/08/2011	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos	0,3465370083 ON 0,3811907091 PNA/B	3.466
30/09/2011	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,0628189196 ON 0,0691008115 PNA/B	628
29/12/2011	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,0304060091 ON 0,0334466100 PNA/B	305*

*O montante de JCP aprovado na RCA de 29/12/2011 supra citada, corresponde ao valor líquido de R\$ 258, sendo o montante de R\$ 305 referente ao valor bruto.

9. Intangível

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ágio no investimento	19.601	19.601
	<u>19.601</u>	<u>19.601</u>

a) O ágio tem origem na aquisição do direito de exploração de serviço público de energia elétrica e estava sendo amortizado pelo método linear pelo prazo de 30 (trinta) anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, conforme determinação da Lei 11.638/07, o ágio deixou de ser amortizado.

b) Teste de redução ao valor recuperável

Os valores recebidos anualmente pela Companhia sob a forma de Dividendos e JCP foram confrontados com os valores pagos a título de ágio na aquisição da COSERN. A amortização anual do ágio no investimento Cosern correspondia ao valor de R\$ 1.009. Em 2012, conforme demonstrado na nota 8, item a, os valores recebidos de Dividendos e JCP, são respectivamente R\$ 8.547 e R\$ 2.106. Nestas condições, não há indício de perda de recuperabilidade no ativo intangível.

10. Impostos e Contribuições a Recolher

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Circulante		
Programa de Integração Social - PIS	35	5
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	<u>160</u>	<u>23</u>
Total	<u>195</u>	<u>28</u>

11. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O Capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de R\$ 49.646.

A composição do capital social autorizado da Companhia, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 1997, é de 200.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 52.437.003 ações encontram-se subscritas e integralizadas.

Acionistas	Nº de ações em 31 de dezembro de 2012
Ennesa Fundo de Investimento em Ações	52.437.002
Outros	1
Total	52.437.003

b) Reservas de Lucros

i. Reserva legal

Foi constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, foram constituídos os montantes de R\$ 714 e R\$ 676, respectivamente.

ii. Reserva de Retenção de Lucros

O resultado da Companhia é composto basicamente pela equivalência patrimonial com a Controlada em conjunto COSERN. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresenta um saldo de R\$ 6.240 (R\$6.240 em 31 de dezembro de 2011) nesta reserva, pela falta de expectativa na realização do lucro.

iii. Reserva de Lucros a Realizar

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresenta um saldo de R\$ 11.454 (R\$ 2.935 em 31 de dezembro de 2011).

No exercício, a Companhia reverteu o montante de R\$ 2.106 da reserva de lucros a realizar em contrapartida ao pagamento de JCP conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de dezembro de 2012. Adicionalmente, foi constituído o montante de R\$ 10.625 referente a parcela não realizada do lucro do exercício.

A constituição desta reserva está em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 202 da Lei 6.404/76, o qual define que o pagamento do dividendo poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar.

Movimentações - Reservas de Lucros	R\$ mil
Saldo de Reservas de Lucros em 31 de dezembro de 2011	14.084
Reversão de Reservas de Lucros a Realizar em contrapartida a pagamento de JCP - RCA de 28/12/2012	(2.106)
Constituição de Reserva Legal em 31 de dezembro de 2012	714
Constituição de Reserva de Lucros a Realizar em 31 de dezembro de 2012	10.625
Saldo de Reservas de Lucros em 31 de dezembro de 2012	23.317

c) Outros Resultados Abrangentes - Reflexo

No patrimônio líquido, a demonstração de outros resultados abrangentes reflexo, em atendimento ao CPC 26(R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários, na controlada COSERN.

d) Resultado básico por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pelas ações emitidas durante o exercício em poder dos acionistas, ou seja, em circulação.

e) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzidos das destinações determinadas pela Assembleia Geral. A administração da Companhia está propondo a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 3.394.

A composição dos montantes de Dividendos e JCP deliberados em 2012 e 2011 está composta como segue:

2012				
Data:	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação ON (em R\$):	Valor Total (em R\$ mil):
25/05/2012	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos	0,118074	6.191
28/12/2012	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,040156	2.106
31/12/2012	Proposta da administração Uptick - Dividendos mínimos obrigatórios	Dividendos	0,064720	3.394
				11.691
2011				
Data:	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação ON (em R\$):	Valor Total (em R\$ mil):
29/08/2011	Reunião do Conselho de Administração (*)	Dividendos	0,057896	3.037
		Dividendos	0,022967	1.204
30/12/2011	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,047676	2.500
				6.741

(*) O montante dos dividendos aprovados na RCA de 29/08/2011 supracitada, corresponde a R\$ 6.721 e está constituído da seguinte forma:

- (i) R\$ 2.481, com base nos dividendos declarados em AGO realizada no dia 29/04/2011 relativamente aos dividendos propostos em 2010;
- (ii) R\$ 3.037 com base na reserva constituída a título de dividendos adicionais propostos em 2010 e declarados AGO realizada no dia 29/04/2011;
- (iii) R\$ 1.204, referentes à antecipação do resultado do exercício de 2011

A movimentação dos saldos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2010:	7.261
Dividendos e JCP Declarados	6.741
Dividendos e JCP Pagos	(11.502)
Saldos em 31 de dezembro de 2011:	2.500
Dividendos e JCP Declarados	11.691
Dividendos e JCP Pagos	(8.691)
Saldos em 31 de dezembro de 2012:	5.500

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	14.289	13.506
Reserva legal (5%)	(714)	(675)
Base de cálculo dos dividendos	13.575	12.831
Dividendos obrigatórios - 25%	3.394	3.208
Juros sobre capital próprio deliberados	-	2.500
Dividendos intermediários	-	1.204
Dividendos Obrigatórios - Complemento	3.394	-
Dividendos Adicionais Propostos	-	6.191
	3.394	9.895

12. Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a) Ativos e passivos financeiros:

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de controlada em conjunto, depósitos judiciais, e contas a pagar e fornecedores. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Natureza	Categoria	2012		2011	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	4.456	4.456	4.474	4.474
Contas a receber com controlada em conjunto	Empréstimos e recebíveis	2.630	2.630	258	258
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	12	12	12	12
Contas a pagar à controladora	Outros passivos financeiros	5.499	5.499	2.500	2.500
Contas a pagar serviços prestados	Outros passivos financeiros	10	10	11	11

b) Risco de crédito:

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas.

c) Risco de fraude:

A Companhia monitora todas as transações financeiras realizadas no curso do exercício não havendo nenhum indício de erro intencional.

d) Risco de taxa de juros:

O resultado financeiro da Companhia está suscetível a variações decorrentes das operações com aplicações financeiras em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados à média do CDI ou à Taxa Selic.

13. Despesas Operacionais

Despesas	Despesas Gerais e Administrativas	
	2012	2011
Serviços de Terceiros	140	188
Tributos	202	206
Publicações	49	179
Contribuição a associações e entidades de classe	53	53
Outras	29	18
Total	473	644

14. Receitas financeiras

Receita Financeira	2012	2011
Renda de aplicações financeiras	229	372
Variação monetária	229	263
Total	458	635

15. Transações com Partes Relacionadas e Remuneração dos Administradores

A Companhia é controlada pelo Ennesa Fundo de Investimento em Ações, sendo este controlado pelos seguintes fundos de pensão: (a) FACHESF - Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social, (b) FASERN - Fundação Cosern de Previdência Complementar, (c) BANORTE - Fundação Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social, (d) FUNCASAL - Fundação Casal de Seguridade Social, (e) CELPOS - Fundação Celpe de Seguridade Social, (f) FAELCE - Fundação Coelce de Seguridade Social.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) Aplicação Financeira - refere-se basicamente a aplicações financeiras em fundo de investimento administrado pelo BNY Mellon Serviços Financeiros D.T.V.M. S.A., conforme descrito na nota 4.

A remuneração dos administradores é realizada integralmente pelos controladores (Fundos de pensão). A Companhia não realizou qualquer pagamento ao pessoal-chave da administração, assim como não há remuneração baseada em ações da própria companhia ou incentivos de longo prazo.